

## Trabalhismo e medicina na Paraíba (1932 – 1942)

### Labour and Medicine in Paraíba (1932 - 1942)

Leonardo Querino B. Freire dos Santos\*  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1450-1319>

#### Resumo

Neste artigo, analisamos as possíveis articulações entre a produção científica do saber médico e a ideologia política do “trabalhismo” implementada no governo Vargas, problematizando a participação da ciência médica na tentativa de (con) formação das classes trabalhadoras. Para abordar este problema, discutimos especificamente como os médicos que atuaram na Paraíba durante este período se apropriaram dos corpos de trabalhadores que frequentavam os serviços públicos de saúde como “objetos de ciência”. Para isso, problematizamos os discursos médicos produzidos sobre os grupos subalternos na revista *Medicina*, publicação oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, entre os anos de 1932 e 1942. Além de fornecer novas possibilidades de leitura sobre a produção científica longe dos grandes centros, a análise da documentação permite concluir que tais práticas e discursos médicos não se limitavam à Paraíba, visto que a política de centralização administrativa implementada por Vargas e as redes de comunicação da ciência, de que faziam parte os doutores paraibanos, ligavam as questões locais ao contexto nacional e mesmo internacional. Para discutir as relações entre Estado e classes trabalhadoras no período getulista, nos baseamos na noção de “trabalhismo”, desenvolvida por Ângela de Castro Gomes. Já para problematizar as interfaces entre saúde e política no mesmo período, dialogamos com os conceitos de “medicina social”, “dispositivo” e “biopolítica”, formulados por Michel Foucault.

**Palavras-chave:** História da medicina; História do trabalho; Governo Vargas; Paraíba; Imprensa.

#### Abstract

In this article, we analyze the possible articulations between the scientific production of medical knowledge and the political ideology of “labour” implemented in the Vargas government, problematizing the participation of medical science in the attempt to (con)form the working classes. To address this problem, we discussed specifically how doctors who worked in Paraíba during this period appropriated the bodies of workers who frequented

---

\* Doutor em História Social (USP) e Professor do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). E-mail: leonardo.barboza@ifpb.edu.br

public health services as “objects of science”. To this end, we problematized the medical discourses produced about the subaltern groups in the journal *Medicina*, official publication of the Society of Medicine and Surgery of Paraíba, between the years 1932 and 1942. Besides providing new possibilities of reading about the scientific production far from the big centers, the analysis of the documentation allows the conclusion that such practices and medical discourses were not limited to Paraíba, since the policy of administrative centralization implemented by Vargas and the networks of communication of science, of which the Paraíba doctors were part, linked the local issues to the national and even international context. To discuss the relations between the State and the working classes in the Getulist period, we based ourselves on the notion of “labour”, developed by Ângela de Castro Gomes. In order to discuss the interfaces between health and politics in the same period, we dialogued with the concepts of “social medicine”, “device” and “biopolitics”, formulated by Michel Foucault.

**Keywords:** History of medicine; History of work; Vargas Government; Paraíba; Press.

## Esclarecimentos Iniciais<sup>1</sup>

Junho de 1932. Parte dos brasileiros dividia-se arduamente em apoio e oposição ao Governo (nada) Provisório de Getúlio Vargas. Na Paraíba, em meio às incertezas políticas e dificuldades econômicas,<sup>2</sup> chegava aos leitores a edição número 1 da revista *Medicina*, primeiro periódico médico produzido no estado.

Criada e mantida pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (SMCPB),<sup>3</sup> *Medicina* surgiu com o objetivo explícito de divulgar as dis-

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui uma versão revista de um dos itens da nossa tese de doutorado, apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP. Cf. SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Admirável corpo novo: discursos médicos sobre as classes trabalhadoras (Paraíba, 1930-1945)*. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social), USP/FFLCH, 2020.

<sup>2</sup> Elite Gurjão argumenta que nesse período “A crise econômica que atingia todo o país manifestava-se com mais gravidade no Nordeste e como é óbvio – recaía sobre a classe subalterna aguçando as contradições sociais”. Cf. GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das Oligarquias. Paraíba (1889 - 1945)*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994, p. 115.

<sup>3</sup> Fundada por médicos da capital em maio de 1924, a SMCPB foi a primeira entidade do gênero no estado. Ela desempenhou um papel decisivo na sistematização do saber e da prática médica local. Por meio de reuniões, conferências com profissionais de outros estados, publicações em jornais diários, revistas especializadas, congressos científicos e eventos sociais ela capitaneou a formação da medicina científica na Paraíba dos anos 1920. Para uma visão mais pormenorizada das atividades da SMCPB, Cf. SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911 - 1929)*. Campina Grande-PB: Dissertação (Mestrado em História), UFCG/CH, 2015, p. 121-185; e SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. João Pessoa: Dissertação (Mestrado em História), UFPB/CCHLA, 2011, p. 76-109.

cussões científicas da entidade para além do círculo de seus associados. Secundariamente, seus idealizadores buscavam manter a coesão e o engajamento institucional da comunidade médica, evitando que o clima de beligerância política e incertezas econômicas provocasse “fissuras” no “edifício” científico da medicina local. Esses ideais estão implícitos no editorial da primeira edição da revista, escrito por Flávio Maroja,<sup>4</sup> liderança histórica da SMCPB e tratado como o “decano da medicina paraibana” por seus colegas:

De há muito vem sendo objeto<sup>5</sup> de nossas cogitações a publicação do primeiro número da Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Satisfeitos não nos sentíamos apenas com o que até agora tem ela produzido [...]. A necessidade de sua fundação era uma ideia que empolgava ao corpo médico da terra e, conseguida esta, chegou a Sociedade a reunir, nos primeiros tempos, a quase totalidade dos que professam a divina ciência de Hipócrates. Não tardou, porém, [...] que **alguns dos seus membros fossem perdendo o entusiasmo ou interesse pela Sociedade, e do seu seio se afastassem** [...]. O desânimo e a descrença, quiçá motivados pela falta de boa compreensão das coisas, criam situações desagradáveis, que não chegam, felizmente, a perturbar a existência das associações, que logo encontram mãos benfazejas para ampará-las e espíritos fortes para injetar-lhes novos elementos de vida.<sup>6</sup>

Como dissemos, o primeiro número da revista *Medicina* veio a público em junho de 1932, isto é, 8 anos após a fundação da própria SMCPB. Em seu editorial, Flávio Maroja nos fornece uma pista que pode nos ajudar a compreender esse “hiato”: o esforço para viabilizar um periódico institucional talvez fosse uma resposta à perda de “entusiasmo ou interesse pela Sociedade” que alguns de seus membros andavam demonstrando. Ora, ainda disputando com

<sup>4</sup> Flávio Maroja (1864 – 1940), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1888), foi um dos fundadores da SMCPB. Construiu sua reputação como médico atuando em diversas instituições de saúde: foi chefe do serviço de saúde do Porto da capital; diretor do Instituto Vacinogênico da Paraíba; médico da Santa Casa de Misericórdia. Frequentemente, escrevia e concedia entrevistas para os mais importantes jornais da Paraíba. Inserido nas tramas da política, exerceu os cargos de Intendente Municipal da Capital (1889), Deputado Constituinte Estadual (1891), Deputado Estadual (1916 – 1919) e Vice-Presidente do estado no governo Sólton de Lucena (1920 – 1924). Nas primeiras décadas do século XX, foi sem dúvida um dos médicos paraibanos mais conhecidos e o mais respeitado sanitarista do estado. Sobre a trajetória de Flávio Maroja, Cf. SOARES JÚNIOR, op. cit., p. 76 – 109; e CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução*. João Pessoa, A União, 1945, p. 177-188.

<sup>5</sup> Optamos por atualizar a grafia dos documentos citados.

<sup>6</sup> MAROJA, Flávio. “A nossa Revista”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1932, nº 1, p. 1, grifos nossos.

outras artes de curar o monopólio do mercado da saúde, a medicina científica não poderia se dar ao luxo de perder coesão e seguidores. Nesse contexto, a comunicação dos seus saberes por meio de um veículo oficial poderia aproximar os médicos paraibanos, favorecendo a institucionalização de suas ideias e práticas.

De todo modo, quando Flávio Maroja escreveu essas palavras, a medicina paraibana já havia passado por um processo de institucionalização,<sup>7</sup> expresso na própria criação da SMCPB, em 1924; na progressiva especialização profissional; na crescente incorporação de recursos laboratoriais; e na emergência do periodismo científico. Durante esse processo, boa parte dos médicos paraibanos procurou agregar o discurso científico à sua prática profissional. Corroborando essa interpretação, recorreremos mais uma vez ao já citado editorial de Flávio Maroja na primeira edição da revista *Medicina*:

É de crer que a nossa Sociedade apadrinhe aqueles conceitos certa vez proferidos pelo saudoso prof. Faustino Esposel: – “Eu não compreendo a vida sem idealismo; não a admito sem que, ao par da atividade que cada um deve exercer para manutenção de sua existência e da existência de sua família, o homem realize desprendidamente obras de altruísmo, em particular de aperfeiçoamento para o bem do próximo, para o bem da pátria, para o bem da humanidade!”. E é baseado nesse “idealismo” que vamos caminhando a nossa jornada, passos firmes, confiantes no futuro e na grandeza incomparável da Ciência de que nos fizemos apóstolos. A nossa missão está apenas iniciada. Os grandes problemas Médico-Sociais que ainda exigem estudos e provas de laboratórios, para bem serem elucidados, merecerão, certamente, as nossas atenções, quando tivermos oportunidade de aplicá-los em benefício dos que deles precisarem.<sup>8</sup>

Projetada para ser o órgão oficial da SMCPB, a revista *Medicina* circulou de 1932 até 1959.<sup>9</sup> Seu aparecimento sugere a materialização institucional da medicina científica na Paraíba. Isso porque, além de fomentar uma maior

<sup>7</sup> Os primeiros indícios desse processo podem ser observados nos anos 1920, período caracterizado por intensas mudanças no campo médico paraibano (Cf. SANTOS, L. op. cit.). Ainda a este respeito, Giscard Agra observou que nos anos 1930 “a medicina científica se materializa institucionalmente”, modificando as práticas, representações e identidades dos médicos paraibanos. Cf. AGRA, Giscard Farias. *Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Recife: Dissertação (Mestrado em História), UFPE/CFCH, 2008, p. 166.

<sup>8</sup> MAROJA, op. cit., p. 1-2.

<sup>9</sup> Cf. NÓBREGA, Humberto. *As raízes da ciência da saúde na Paraíba: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979, p. 121.

coesão da comunidade médica em torno das práticas institucionalizadas, *Medicina* proporcionou aos médicos um espaço de comunicação e de validação de seu saber.<sup>10</sup>

Ao produzirem sua ciência, os médicos que publicavam em *Medicina* se comunicavam com seus pares (dentro e fora do estado) para refutá-los, persuadi-los ou apoiar-se neles, pois o conhecimento científico baseia-se em processos coletivos de validação.<sup>11</sup> Nesse sentido, ao discutir a profilaxia de uma epidemia local ou divulgar observações de casos clínicos, eles integravam uma rede sociotécnica de produção/comunicação/validação de saber-poder. Desse modo, para angariar legitimidade científica, comunicar a “Ciência” de que se fizeram “apóstolos” era tão importante quanto empregar “estudos e provas de laboratórios” na elucidação dos “grandes problemas Médico-Sociais”.<sup>12</sup>

Nesse mesmo contexto, o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) pôs em prática uma política de “valorização do trabalho” que tinha como objetivo (con)formar “cidadãos”<sup>13</sup> aptos para o mercado e úteis para a Nação.<sup>14</sup> Na literatura sobre o tema, a implementação desta “política trabalhista” normalmente é analisada a partir de três eixos principais: a criação das chamadas leis sociais; a repressão e “estatização” dos sindicatos; e atuação da máquina de propaganda oficial. Neste trabalho, buscamos acrescentar mais uma variável

<sup>10</sup> A esse respeito, devemos lembrar que nas últimas décadas a questão da comunicação tem despertado o interesse dos estudiosos da história das ciências. Partindo de abordagens e objetos específicos, autores como Bruno Latour e Steve Woolgar, Karin Knorr-Cetina, Michel Callon e Steven Shapin, entre outros, identificaram a relação entre a produção, a comunicação e, sobretudo, a validação da ciência. Cf. LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Tradução Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997; KNORR-CETINA, Karin. “A comunicação na ciência”. In: GIL, Fernando (org.). *A ciência tal qual se faz*. Tradução Paulo Tunhas. Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1999, p. 375-393; CALLON, Michel. “Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la Bahía de Saint Brieuc”. In: IRANZO, Juan Manuel. et al. (org.). *Sociología de la ciencia y la tecnología*. Madrid, CSIC, 1995, p. 259-282; SHAPIN, Steven. *Nunca pura. Estudos históricos de ciências como se fora produzida por pessoas com corpos, situados no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade*. Tradução Erick Ramalho. Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2013.

<sup>11</sup> Cf. SHAPIN, op. cit. p. 95.

<sup>12</sup> MAROJA, op. cit., p. 1-2.

<sup>13</sup> Diversos autores, tais como Wanderley dos Santos, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, demonstraram que durante o primeiro governo Vargas o acesso aos direitos de cidadania dependia do lugar que o indivíduo ocupava nas relações de trabalho. Assim, os direitos sociais, por exemplo, foram atrelados ao mercado de trabalho urbano e formal, excluindo uma considerável parcela da população brasileira composta por trabalhadores rurais, domésticos, informais e sem trabalho. Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979; FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores no Brasil: o imaginário popular (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997; GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

<sup>14</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: D. PANDOLFI (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 55.

em tal equação: o discurso autorizado da ciência, notadamente do saber médico. A este respeito, devemos ter em mente que, durante o período getulista,

[...] o campo da saúde foi instado a adaptar-se às transformações mediante uma política pela qual a atenção médica tinha de estar atenta às diferentes necessidades, segundo o grupo social a que se dirigia: os setores médios e a burguesia urbana se beneficiariam da prática médica privada e da seguridade social; o proletariado urbano, dos seguros sociais de doença. Na realidade, essa diversificação no atendimento médico não era senão a expressão dos contrastes sociais resultantes do rápido processo de urbanização e industrialização implementado no governo Vargas, quando a influência e o poder político da burguesia industrial aumentaram na proporção direta de seus lucros, e o proletariado delineou-se como classe, ainda que subordinada aos interesses da burguesia e do Estado capitalista.<sup>15</sup>

Considerando estas questões, o objetivo deste artigo é analisar possíveis articulações entre a produção científica do saber médico e o “trabalhismo” implementado no governo Vargas. Ora, como demonstrou Ângela de Castro Gomes,<sup>16</sup> o “trabalhismo” foi uma ideologia estruturada pelo governo Vargas, com o fim de estabelecer um vínculo entre o presidente e os trabalhadores. Para tanto, a propaganda oficial apresentava as leis trabalhistas como uma “doação”, estimulando-se a “reciprocidade” das classes subalternas. Porém, o “trabalhismo” não era apenas uma estrutura de dominação, pois além de tirarem proveito dos novos direitos sociais, os trabalhadores também reivindicavam o cumprimento das promessas de valorização das classes trabalhadoras propaladas pelo discurso dominante.

Nesse sentido, buscamos problematizar a participação da ciência médica nesta tentativa de (con)formação das classes trabalhadoras durante o governo Vargas. Para abordar este problema, discutiremos especificamente como os doutores paraibanos se apropriavam dos corpos de trabalhadores que frequentavam os serviços públicos de saúde, tornando-os “objetos de sua ciência”. Para isso, analisaremos a seguir os discursos médicos produzidos

---

<sup>15</sup> BULCÃO, Lúcia Grando; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. “Ciência e ensino médico no Brasil (1930 – 1950)”. In: *História, Ciências, Saúde – Maguinhos*, Rio de Janeiro, 2007, Vol. 14, nº 2, p. 472. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18/08/2021.

<sup>16</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 162-166.

sobre os grupos subalternos na revista *Medicina*,<sup>17</sup> publicação oficial da SMCPB, entre os anos de 1932 e 1942.<sup>18</sup>

## Saúde Pública, Imprensa Médica e Produção Científica

Nos anos 1930, os médicos da SMCPB reconheciam a legitimidade que sua profissão havia construído para interpretar e intervir sobre o “corpo social” e, mais precisamente, sobre a saúde das classes subalternas.<sup>19</sup> Vamos encontrar um forte indício a esse respeito na fala do doutor Oscar de Castro<sup>20</sup> durante uma “festa de cordialidade da classe médica paraibana”. Promovido pela diretoria da revista *Medicina*, esse evento ocorreu em João Pessoa no dia 15 de janeiro de 1933 e contou com a participação de 44 médicos de vários pontos do estado. Após visitar as principais instituições de saúde da capital, a comitiva participou de um “banquete de confraternização, presidido pelo acatado higienista conterrâneo dr. Flavio Maroja”.<sup>21</sup> A julgar pelas queixas desse médico sobre a queda do entusiasmo da classe pela SMCPB, expressas no editorial que escreveu para o primeiro número da revista,<sup>22</sup> esse evento poderia ter o objetivo de alinhar o pensamento e fortalecer os vínculos institucionais da comunidade médica local. Pois bem. Castro foi um dos oradores

<sup>17</sup> Os exemplares da revista *Medicina* analisados neste trabalho foram pesquisados no Arquivo da Biblioteca Átila Almeida da UEPB, localizado em Campina Grande-PB, e no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, em João Pessoa.

<sup>18</sup> Embora a revista *Medicina* tenha sobrevivido até 1959, dentro do nosso recorte temporal só conseguimos garimpar as edições publicadas até 1942. Após esse ano, só encontramos os números referentes à década de 1950, os quais não foram considerados na análise por não se enquadrarem na cronologia da nossa problemática. Para produzir o presente trabalho, analisamos 26 exemplares do referido período, publicados entre os anos de 1932 e 1942.

<sup>19</sup> Em lugar de expressões com sentido restritivo, decidimos empregar o conceito de “classes subalternas”, que Antonio Gramsci definiu como sendo um grupo fragmentado e antagônico em face do Estado e dos grupos dominantes. Além deste, também utilizamos a noção de “classes trabalhadoras” proposta por Paul Singer, entendidas como o segmento das sociedades capitalistas caracterizado por sua dependência em relação ao trabalho assalariado como forma de subsistência. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 138-141; e SINGER, Paul. “A cidadania para todos”. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo, Contexto, 2012 p. 191.

<sup>20</sup> Oscar de Castro formou-se em medicina no Rio de Janeiro (1923). De volta à Paraíba, passou a atuar na capital como pediatra. Entre 1923 e 1947 dirigiu o Serviço Municipal de Assistência Pública e o Hospital de Pronto Socorro de João Pessoa. Além de sua carreira no serviço público, foi presidente da SMCPB, atuando como um dos principais colaboradores da revista *Medicina*. Cf. NÓBREGA, op. cit., p. 146-147.

<sup>21</sup> REVISTA MEDICINA. “A festa de cordialidade da classe médica paraibana”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1933, nº 5, p. 24.

<sup>22</sup> MAROJA, op. cit., p. 1.



do “banquete” e suas palavras evidenciam a concepção dos líderes da entidade sobre o papel social a ser desempenhado pelos médicos paraibanos:

A força serena e raciocinada torna mais fácil a defesa dos interesses comuns. A festa de MEDICINA, a nossa revista médica, é, portanto, uma festa de cordialidade conagração, visando cada vez mais **incentivar o nosso espírito de cooperação, comunhão de ideias e troca de estímulos e sugestões. Ela tem por escopo a maior união de todos os elementos da classe**, o entendimento recíproco entre médicos da capital e médicos do interior do Estado. Destes espera [a revista] MEDICINA tudo que lhes possa fornecer a sua observação, leitura e meditações. **Estão mais em contato com os nossos males, veem mais de perto as nossas doenças regionais e podem conhecer melhor as causas do “déficit” orgânico e psíquico que dão lugar a legendaria e talvez meirosa (sic) indolência do caboclo brasileiro.** Quantos não veem de perto e não se confrangem com o negrume desse quadro motivado pelo fenômeno das secas: populações inteiras estropiadas, estioladas pelos nossos sertões! Quanto dos ensinamentos não trará à medicina o estudo metuculoso desse impiedoso fator climatérico. **No trato da clínica multiforme e estafante pelos brejos e pelos sertões dispõem de melhor material humano para o estudo de nossas doenças regionais. Deles muito espera a medicina paraibana e o seu concurso será eficientíssimo para o estudo da nossa patologia.**<sup>23</sup>

A fala de Oscar de Castro toca em diversos pontos importantes. Entre outros aspectos, ele ressaltou a importância da “maior união de todos os elementos da classe”, deixando entrever que nos anos 1930 essa demanda ainda não estava totalmente consolidada. Também demonstrou que os editores de *Medicina* tinham a expectativa de que o conhecimento produzido e comunicado pela revista estivesse “enraizado” nos problemas locais. Além disso, defendeu que o médico era o único capaz de interpretar e intervir sobre “as causas do ‘déficit’ orgânico e psíquico” que supostamente produziriam a “indolência” do trabalhador brasileiro. Por fim, Oscar de Castro conclamou seus colegas (de profissão e revista) a se apropriarem das experiências de sua clínica “estafante” como “material humano para o estudo de nossas doenças regionais”.

A análise dos diversos números de *Medicina* evidencia que esse “material humano” para os estudos médicos foi formado preferencialmente por

<sup>23</sup> REVISTA MEDICINA, op. cit., p. 25, grifos nossos.



pacientes pobres e trabalhadores. Eram esses os grupos que apareciam com mais frequência como “objetos” do saber-poder médico nos relatos de casos clínicos “curiosos” ou “dignos de nota”, segundo a terminologia corrente entre os médicos-autores do periódico.

Nessa linha, o Dr. João Pimentel Filho recorreu às observações que realizou enquanto médico do Posto de Higiene de Guarabira-PB para tentar comprovar a eficácia de um novo método terapêutico no tratamento das “piodermites”: o emprego de injeções de cianureto de mercúrio. De acordo com o autor, tratava-se de uma técnica recentemente preconizada pela revista parisiense *Clinique et Laboratoire*, evidenciando a circulação do saber médico através de uma rede de publicações científicas que conectava diferentes espaços geográficos. Ora, entre os quatro casos relatados por João Pimentel Filho em seu artigo, três eram referentes ao uso dessa medicação em trabalhadores da região:<sup>24</sup>

I – J. T. A., 50 anos, agricultor. Numerosos furúnculos, de várias idades, na nuca. Exame de urina negativo para glicose. Injeções endovenosas de um centigrama de cianureto de mercúrio em dias alternados. Com 6 injeções os furúnculos desapareceram completamente.

II – J. P. N., 24 anos, ferroviário da *Great Western*. Furúnculos nas regiões glúteas e membros inferiores. Vacinoterapia não modificou o estado do doente. Cianureto de mercúrio, na veia [...]. Ao lhe ser aplicada a 10ª injeção, não havia mais nenhum furúnculo.

III – J. B. R., 40 anos, ferroviário da *Great Western*. Furúnculos nos membros inferiores. Injeções endovenosas de cianureto de mercúrio [...]. Curado.<sup>25</sup>

Segundo o Dr. Pimentel Filho, além da eficácia do método, “testado” nos corpos dos trabalhadores que buscaram a cura no Posto de Higiene de Guarabira-PB, havia outro fator positivo nele: “Não tem o cianureto de mercúrio os inconvenientes da vacina, pois não produz hipertermia, nem mal estar, podendo o doente exercer suas ocupações” durante o tratamento.<sup>26</sup> Essa observação é importante porque ela evidencia uma postura recorrente entre os colaboradores de *Medicina* ao abordar situações relativas à saúde das

<sup>24</sup> O quarto caso era o de uma garota de 12 anos.

<sup>25</sup> PIMENTEL FILHO, João. “Tratamento da Piodermite pelas injeções de Cianureto de Mercúrio”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1935, nº 2, p. 14.

<sup>26</sup> PIMENTEL FILHO, op. Cit., p. 13.

classes trabalhadoras: era preciso curá-las, e curá-las da forma mais eficaz possível, pois o trabalho não podia parar.

Na maioria das vezes, essa apropriação das classes trabalhadoras como “material humano” para os estudos médicos, embora recorrentemente praticada, não era verbalizada explicitamente. Porém, em algumas situações, os autores “descuidavam-se” e as páginas de *Medicina* acabavam deixando transparecer essa intencionalidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, no trabalho do médico Lourival Moura sobre um “Novo tratamento do tétano pela sulfamida”, publicado na edição de dezembro de 1941. Moura, que atendia no hospital da Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa, escreveu esse artigo para comunicar o sucesso que obteve ao empregar o referido tratamento em pacientes que atendeu naquela instituição. Nesse sentido, relatou a evolução de três pacientes, todos eles trabalhadores: “F., com 18 anos, branco, pernambucano, padeiro, residente à rua do Tambiá [...]. J. D. A., 52 anos, casado, agricultor. [...] [e] A. S. A., 38 anos, casado, pedreiro dos Serviços Elétricos da Paraíba”.<sup>27</sup> Considerando os objetivos da nossa argumentação, focalizaremos o relato de Moura acerca desse último paciente. Sobre ele, o médico da Santa Casa informa o seguinte:

Diz que cortando uma viga de cimento armado na estação dos Serviços Elétricos sofreu um traumatismo na mão esquerda que determinou um pequeno ferimento pérfuro-contundente (sic). Sete a oito dias depois manifestou-se o tétano. [...]. O Dr. Lauro Gama, seu médico assistente [do Hospital da Santa Casa], mandou fazer 40.000 u. de soro antitetânico, durante três dias. O enfermo não experimentou melhora. Em face da falência da medicação sérica, **pedimos ao Dr. Gama o doente para a nossa experimentação**. Fizemos nove injeções endovenosas de Albuclid “Schering”. As melhoras foram seguidas com rapidez e a cura surpreendeu-o na maravilha dessa sequência.<sup>28</sup>

Mais uma vez, um novo tratamento era “comprovado” nos corpos de trabalhadores, corroborando a lógica de funcionamento da medicina social<sup>29</sup>

<sup>27</sup> MOURA, Lourival. “Novo tratamento do tétano pela sulfamida”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1941, nº 2, p. 3-4.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 4, grifos nossos.

<sup>29</sup> De acordo com Michel Foucault, a formação da medicina social ocorreu em três etapas: a medicina social de Estado, que se desenvolveu inicialmente na Alemanha, no começo do século XVIII; a medicina social urbana, que apareceu na França em fins do século XVIII; e a medicina social do pobre ou da força de trabalho, que surgiu na Inglaterra no século XIX. Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017, p. 143-170.

então praticada na Paraíba: ela buscava “curar” o pobre, tentando impedir que ele se transformasse num risco sanitário ou num entrave ao desenvolvimento econômico; e, ao mesmo tempo, ajudava a desenvolver o saber médico que seria comercializado nos consultórios particulares, “testando” sua eficácia na rede pública de saúde.<sup>30</sup> A novidade é que, dessa vez, esse conceito do “doente para a nossa experimentação” foi explicitamente enunciado pelo discurso médico.

Mas essa foi a exceção. A regra era a comunicação de casos clínicos observados pelos autores nas instituições públicas de saúde, frequentadas majoritariamente por pobres e trabalhadores, porém sem enunciar explicitamente essa apropriação do “paciente” como “objeto de estudo”. Cabe ressaltar a relação que havia entre os diferentes componentes desse “dispositivo científico”.<sup>31</sup> Nesse sentido, parece ter havido uma articulação entre a comunidade médica, as instituições de saúde e imprensa local, todas controladas por integrantes das elites econômicas do estado, no sentido da produção de um saber-poder sobre o “corpo social” paraibano.

Mas voltando ao que discutíamos antes, essa produção científica a partir dos casos observados na rede pública de saúde normalmente aparecia de forma sub-reptícia nos textos de *Medicina*. Outro exemplo para cotejo pode ser obtido no texto “Em Torno de um caso de cromomicose”, do Dr. Edson de Almeida, publicado na edição de março de 1941. Almeida, que trabalhava na Santa Casa de Misericórdia e era chefe do Dispensário de dermatologia e lepra de João Pessoa, inicia seu argumento demonstrando a grande incidência da referida doença entre os trabalhadores rurais, por estes “andarem sempre descalços e, conseqüentemente, expostos a traumatismos, condição indispensável a penetração do gérmen”.<sup>32</sup> Dito isto, passa a relatar o caso que deu origem ao seu artigo:

Em começos de junho de 1937 fomos procurados no Dispensário de Doenças da Pele que dirigimos no Centro de Saúde, por J. F.

<sup>30</sup> Michel Foucault ressaltou estes objetivos políticos e econômicos da medicina social, demonstrando que ela surgiu como uma assistência controlada que é “tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas”. Cf. FOUCAULT, op. cit., p. 166-167.

<sup>31</sup> Compreendemos este conceito a partir das formulações de Michel Foucault, para quem “É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Cf. FOUCAULT, op. cit., p. 367.

<sup>32</sup> ALMEIDA, Edson de. “Em torno de um caso de cromomicose”. In: *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1941, nº 1, p. 8.

S., de cor parda, com 42 anos de idade, agricultor, brasileiro, residente em Santa Rita. Nos seus antecedentes hereditários nada encontramos digno de registro [...]. Interrogado sobre a história da sua doença contou-nos o que se segue: há 5 anos passados navegava em um barco no Rio Amazonas, quando fora vítima de um traumatismo na altura do cotovelo esquerdo, ocasionado por um espinho de marajá, planta da flora amazônica. Refere que, no local traumatizado começara a aparecer, cerca de 4 meses depois, uma saliência papulosa (sic) que aumentava progressivamente, terminando com a formação de um “placard” hipertrofico após 4 anos de evolução. Em 1936 surgiram, na região epitrocleana esquerda e ao longo do trajeto do cubital, lesões nodulares coradas em ligeiro tom róseo violáceo.<sup>33</sup>

O relato do Dr. Almeida fornece algumas pistas sobre a relação que os trabalhadores rurais mantinham com os serviços públicos de saúde. Relação um tanto “ausente”, por assim dizer, haja vista que, a julgar pelo caso referido, os trabalhadores do campo retardavam sua ida aos postos e centros de saúde mais do que os médicos paraibanos gostariam – embora não devamos generalizar, pois trata-se apenas de um caso.

Mas além disso, o texto também reforça o argumento que estamos desenvolvendo: em certo sentido, as instituições públicas de saúde funcionavam como uma espécie de “laboratório” para a produção do saber médico na Paraíba. Ora, o procedimento do Dr. Edson de Almeida em torno desse caso exemplifica essa afirmação. Primeiro ele diz que “Em casos como o que estudamos torna-se quase impossível um diagnóstico seguro”. Por isso, explica que “Para melhores esclarecimentos, resolvemos praticar o exame microscópico do material”.<sup>34</sup> Então, além dos exames laboratoriais que conseguiu realizar na Paraíba, o doutor Edson de Almeida informa que “Enviamos amostras das culturas ao ilustre micologista professor Floriano de Almeida, da Faculdade de Medicina de São Paulo, para a indispensável identificação”.<sup>35</sup> A movimentação laboratorial, todavia, não parou por aí: “O material retirado por biopsia foi enviado ao nosso amigo Dr. H. Portugal, anátomo-patologista do Serviço do Professor Rabelo, que com a gentileza que o caracteriza nos remeteu o seguinte laudo”.<sup>36</sup> E então, o autor cita o parecer técnico do Dr. H. Portugal,

---

<sup>33</sup> Idem, p. 11.

<sup>34</sup> Idem, p. 12.

<sup>35</sup> Idem, p. 14-15.

<sup>36</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 15-16.

confirmando “cabalmente” a correção do seu diagnóstico. Nesse ponto, devemos lembrar que a validação da ciência é um processo social, que não se resume à comunicação de “descobertas individuais”. Como demonstrou Karin Knorr-Cetina, a circulação de pesquisas e de pesquisadores também toma parte nessa produção da ciência:

[...] as amostras químico-biológicas, as sondas, as substâncias, os construtos biotecnológicos, os instrumentos técnicos (em física), e assim por diante, são trocados frequentemente entre laboratórios, e a comunicação encontra-se também incorporada no trânsito dos cientistas entre diferentes laboratórios – não apenas aprendem novas técnicas, como transmitem igualmente as suas próprias técnicas e o seu conhecimento, ligando assim vários campos entre si através de uma forma de comunicação personificada.<sup>37</sup>

Voltando ao relato do Dr. Edson de Almeida, somos informados que seu paciente também testara positivo para sífilis.<sup>38</sup> Supondo que essa comorbidade tinha relação com as lesões observadas, Almeida ministrou-lhe o tratamento antilúético. Mas isso não resolveu o problema e o doutor reconheceu que “à nossa revelia, o observado se afastou do serviço. Alguns meses depois voltava o doente às nossas mãos com os seus padecimentos ainda mais agravados”.<sup>39</sup> A julgar por relatos semelhantes colhidos em *Medicina*, o abandono do tratamento era algo comum entre as classes trabalhadoras, especialmente se ele exigisse um retorno frequente e prologando aos centros de saúde. Provavelmente, o deslocamento para os postos e hospitais, bem como a interrupção do trabalho, dificultavam a realização de tratamentos prolongados por esses grupos, sobretudo se não estivessem “dando resultado”.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> KNORR-CETINA, op. cit., p. 382.

<sup>38</sup> Para uma análise histórica sobre os discursos e práticas médicas em torno da sífilis na Paraíba entre as décadas de 1920 e 40, Cf. ARAÚJO, Rafael Nóbrega. *O “terrível flagelo da humanidade”: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921 - 1940)*. Campina Grande-PB: Dissertação (Mestrado em História), UFCG/CH, 2020.

<sup>39</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 17.

<sup>40</sup> Na documentação e na bibliografia pesquisadas não encontramos falas dos próprios trabalhadores a esse respeito. No entanto, os médicos do período mencionavam de modo recorrente diversos casos em que um trabalhador “Abandonou o tratamento pela impossibilidade de comparecer ao Serviço”. Embora não se aprofundasse sobre os possíveis motivos deste “abandono”, o discurso médico normalmente o atribuía às dificuldades materiais das classes subalternas. A este respeito, Cf. NÓBREGA, Cassiano. “O óleo de chaulmugra na terapêutica da tuberculose laríngea”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1939, nº 1, p. 60.

Diante do fracasso da terapêutica antissifilítica, o Dr. Edson de Almeida recorreu à “Diatermocoagulação”, procedimento que consiste na aplicação de calor, normalmente por instrumento elétrico, de modo a provocar a coagulação de tecidos. Por meio dessa técnica, “O êxito operatório foi completo, processando-se a cicatrização rapidamente”.<sup>41</sup> Edson Almeida concluiu seu relato celebrando a cura do paciente e seu retorno ao trabalho:

A Cromomicose é uma afecção da qual os autores são unânimes em exaltar a benignidade do seu prognóstico e, por esse motivo, acreditamos ter livrado o nosso paciente do mal que o afligia há 5 longos anos cabendo, entretanto, ao futuro melhor julgamento. Todavia, para o caso em estudo, parece estar afastada a hipótese de recidiva, por isso que, são decorridos quase 4 anos da intervenção e **o nosso paciente continua entregue ao seu labor de homem do campo, em ótimas condições de saúde.**<sup>42</sup>

Nos relatos clínicos, publicados em *Medicina*, sobre os casos de pessoas pobres que recorriam aos serviços públicos de saúde, essa preocupação em manter ou ampliar a capacidade de trabalho aparece de forma recorrente. Desse modo, percebe-se que os médicos da SMCPB estavam alinhados com o “trabalhismo” varguista no seu objetivo de “construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada”, ficando a medicina social responsável por “preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador”.<sup>43</sup> No fim das contas, o paciente do Dr. Edson de Almeida foi curado e pôde retornar “ao seu labor de homem do campo”. Além disso, o esforço empreendido para realizar os testes laboratoriais, chegando-se a enviar amostras para outros estados, evidencia que na prática médica daquele contexto a cura do pobre não estava dissociada da possibilidade de se produzir ciência a partir do “material humano” constituído pelos pacientes que frequentavam as instituições públicas de saúde.

O uso de fotografias de pacientes nos relatos de casos clínicos também<sup>44</sup> foi empregado na revista *Medicina*. Esse recurso surgia com mais frequência

<sup>41</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 17.

<sup>42</sup> Idem, p. 18, grifos nossos.

<sup>43</sup> GOMES, op. cit., p. 226.

<sup>44</sup> Tal prática também foi verificada em outros periódicos médicos: Eliana Silva e Alexandre Fonseca a identificaram no carioca *O Brasil Médico*, enquanto James Silva, em revistas médicas francesas e paulistas. Cf. SILVA, Eliana Gesteira da; FONSECA, Alexandre Brasil. “Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no periódico *O Brasil Médico*, 1928 – 1945”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2013, Vol. 20 (supl.), p. 1287-1313; e SILVA, James Roberto. *Doença, fotografia e representação: revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869 – 1925*. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social), USP/FFLCH, 2003.

nas narrativas de intervenções cirúrgicas, mostrando o “antes e depois” do procedimento, com o objetivo de atestar a melhora do paciente. Mais uma vez, pobres e trabalhadores que recorriam aos serviços públicos de saúde eram os personagens preferenciais dessa iconografia corporal.

Um caso sintomático a esse respeito pode ser encontrado no artigo “Adenofibroma gigante”, escrito pelo Dr. Lauro Wanderley, médico da Santa Casa de Misericórdia e da Assistência Pública Municipal de João Pessoa.<sup>45</sup> Nesse trabalho, o autor relata um procedimento cirúrgico para retirada de um tumor mamário em uma paciente “de 40 anos de idade, pernambucana, parda, solteira, estatura baixa, residente em Pedra de Fogo, neste Estado”.<sup>46</sup> Segundo o relato médico, tratava-se de um tumor benigno que afligia a paciente há cinco anos e “que atingiu 9 quilos e 700 gramas”, sendo por esse motivo “um caso digno de consideração”.<sup>47</sup> Embora não informe sua profissão, ao apresentar seu diagnóstico o autor fornece pistas sobre a classe social da paciente: “Estado geral regular, correndo a desnutrição da doente em grande parte pela alimentação precária dada as suas condições sociais”.<sup>48</sup>

Segundo o discurso do médico, o procedimento foi um sucesso “e a doente teve alta curada em breves dias”, mas “Infelizmente não pôde ser feito, pelas dificuldades do meio, o exame anatomopatológico da peça, o que viria esmaecer as interrogações que por acaso ficassem fustigando o nosso espírito”, lamentou-se o doutor Lauro Wanderley.<sup>49</sup> Esse trecho reforça o nosso argumento: naquele período, havia uma ligação entre a rede pública de saúde e a imprensa médica, mediada pelos profissionais que atuavam nos dois polos dessa relação, constituindo-se, dessa forma, um dispositivo de produção científica.

No entanto, um outro elemento desperta a atenção do leitor para o texto de Lauro Wanderley. Trata-se da fotografia da paciente antes do procedimento cirúrgico. Ela é retratada em pé e com uma tarja no roto, na tentativa de preservar sua identidade. Está despida da cintura para cima, de modo a evidenciar o tamanho do tumor que seria operado: a esse respeito o autor

<sup>45</sup> Na época, um serviço público municipal destinado ao atendimento de urgência e ambulatorial de pacientes pobres da região metropolitana de João Pessoa. A seu respeito, Cf. CASTRO, op. cit., p. 387-400.

<sup>46</sup> WANDERLEY, Lauro. “Adenofibroma gigante”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1932, n° 2, p. 11.

<sup>47</sup> Idem, p. 11.

<sup>48</sup> Idem, p. 11.

<sup>49</sup> Idem, p. 11.



afirma que “Do seu volume diz melhor a fotografia junto [do texto]”.<sup>50</sup> A seguir reproduzimos a imagem em questão.

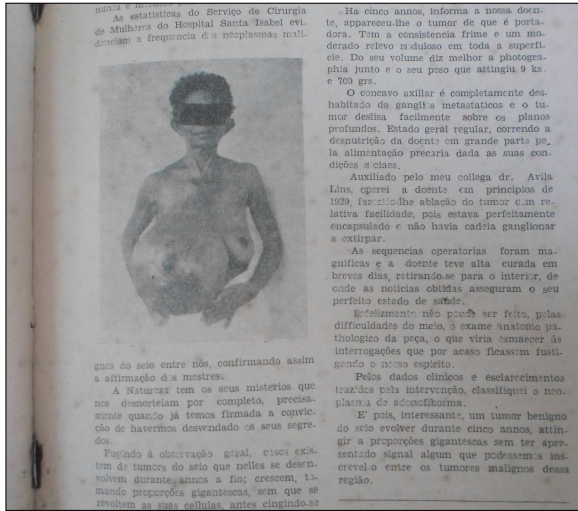


Imagem extraída de WANDERLEY, op. cit., p. 11.

Analisando-se o efeito de sentido produzido pelo conjunto texto-imagem, percebe-se que a fotografia exercia uma função puramente “ilustrativa”: o objetivo do autor era tão somente “comprovar” a “veracidade” do caso que estava relatando. Tal argumento ganha força quando percebemos a ausência de legendas, explicações ou qualquer tipo de análise sobre a fotografia, limitando-se o autor a afirmar que ela “diz melhor” sobre o que tornava aquele “um caso digno de consideração”, isto é, o volume “surpreendente” da afecção.

Eliana da Silva e Alexandre Fonseca demonstraram que a presença da nudez, parcial ou total, foi uma constante na imprensa médica daquele período.<sup>51</sup> Segundo os autores, isso ocorria devido à ausência de instituições ou dispositivos normativos que regulassem tal prática, de modo a preservar a identidade e a intimidade dos pacientes retratados. Além disso, eles chamam a atenção para a função “biopolítica”<sup>52</sup> exercida por essas imagens:

<sup>50</sup> WANDERLEY, op. cit., p. 11.

<sup>51</sup> Cf. SILVA; FONSECA, op. cit., p. 1306.

<sup>52</sup> Empregamos este conceito com base nas formulações de Michel Foucault, que a define como uma nova tecnologia de poder que surgiu na segunda metade do século XVIII e se consolidou no século XIX. Nessa perspectiva, considera-se que “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”.

Outro ponto a destacar era o fato de a publicação das fotografias nas revistas médicas servir também como forma de mostrar aspectos considerados indesejáveis e visíveis nos corpos doentes, que, desse modo, ficariam registrados para sempre. Esses “retratos de uma alteridade a ser banida” serviam de contraste com os corpos das pessoas sãs, que representavam a imagem de população saudável que se queria ver associada à nação. Do mesmo modo que nas fotografias judiciárias, as fotos médicas tinham o poder de mostrar e ao mesmo tempo capturar tipos brasileiros não ideais, no caso, os portadores e transmissores de doenças que habitavam a cidade, colaborando, dessa forma, para que os estigmas dos doentes se perpetuassem visualmente.<sup>53</sup>

Doentes mais abastados também foram objeto de alguns dos relatos clínicos que conseguimos colher em *Medicina*. A análise desse material revela uma diferenciação no modo como os autores se referiam aos seus pacientes, dependendo da classe social a que pertenciam.<sup>54</sup> Nesse sentido, quando o relato médico tratava de casos clínicos envolvendo pessoas da “alta sociedade”, havia todo um cuidado para se preservar o anonimato do paciente. Nesses casos não ocorria a veiculação de qualquer imagem do doente, e seus dados eram preservados com maior sigilo.

O exemplo a seguir foi retirado de um texto do Dr. Nelson Carreira, médico da Santa Casa de Misericórdia e cirurgião particular em João Pessoa: “O. L. C., 19 anos, branca, estatura mediana, compleição franzina, aspecto de miséria orgânica. Vida abastada. Estase intestinal há cerca de 11 anos”.<sup>55</sup> O detalhe é que nos relatos envolvendo pobres e trabalhadores era comum que essa preocupação com o sigilo desaparecesse ao longo do texto, de modo que muitas vezes o autor acabava revelando a identidade do seu paciente no decorrer da narrativa. Ironicamente, nos artigos que analisamos, esse “deslize” não aconteceu uma única vez quando o relato envolvia pessoas de “vida abastada”.

---

Este “governo da população” fundamenta-se no uso político dos dispositivos científicos, entre eles o saber-poder médico, visando controlar os fenômenos sociais em seu conjunto e em sua interdependência. Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade - Curso no Collège de France (1975 - 1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 292-293.

<sup>53</sup> SILVA; FONSECA, op. cit., p. 1306.

<sup>54</sup> Eliana Silva e Alexandre Fonseca identificaram o mesmo padrão na revista carioca *O Brasil Médico*. Cf. SILVA; FONSECA, op. cit., 1306-1309.

<sup>55</sup> CARREIRA, Nelson. “Considerações sobre três casos de dilatação do ceco”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, nº 2, p. 15-16.

## Algumas Considerações Finais

Enfim, fica evidente que os membros da SMCPB se apropriavam de suas experiências clínicas para produzir o conhecimento científico que pretendiam comunicar nas páginas de *Medicina*. Nessa empreitada, o olhar médico voltava-se preferencialmente para os corpos de pobres e trabalhadores que frequentavam os serviços públicos de saúde, nos quais atuavam os colaboradores mais assíduos da revista. Foi partindo dessas experiências que os doutores da Paraíba formularam suas propostas de interpretação e intervenção sobre o “corpo social”. Portanto, a partir dessa interligação entre o “chão do hospital” e as páginas da imprensa médica, constituiu-se um dispositivo científico de medicalização da sociedade paraibana. Além disso, não podemos esquecer que estes mesmos médicos também eram membros da SMCPB e atuavam nas principais instituições de saúde do estado. Dessa forma, seu “trânsito” por estes diferentes espaços de produção e validação do saber ajudou a construir uma rede de dispositivos científicos que contribuiu para a legitimação social de suas práticas e discursos.

No contexto de emergência e constituição do trabalhismo, o saber médico “trabalhou” a saúde dos grupos subalternos a partir de uma perspectiva de classe, pois como demonstrou Luc Boltanski,<sup>56</sup> o que ocorre nas sociedades capitalistas é que “a relação doente-médico é uma relação de classe e que o médico adota um comportamento diferente conforme a classe social do doente”. Nesse sentido, a fala autorizada dos doutores paraibanos acabou convergindo com os interesses dos grupos dominantes, os quais buscavam (con)formar trabalhadores saudáveis para supostamente aumentar sua “produtividade econômica” e diminuir sua “periculosidade sanitária”.

Por fim, cabe ressaltar que as práticas e discursos médicos que analisamos não se limitavam à Paraíba, visto que a política de centralização administrativa implementada por Vargas e as redes de comunicação da ciência, de que faziam parte os doutores paraibanos, ligavam as questões locais ao contexto nacional e mesmo internacional.

*\*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.*

---

<sup>56</sup> BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Tradução de Regina A. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984, p. 39.

## Referências

### Fontes

ALMEIDA, Edson de. “Em torno de um caso de cromomicose”. In: *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1941, nº 1, p. 7-19.

CARREIRA, Nelson. “Considerações sobre três casos de dilatação do ceco”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1934, nº 2, p. 15-20.

MAROJA, Flávio. “A nossa Revista”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1932, nº 1, p. 1-2.

MOURA, Lourival. “Novo tratamento do tétano pela sulfamida”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1941, nº 2, p. 3-5.

NÓBREGA, Cassiano. “O óleo de chaulmugra na terapêutica da tuberculose laríngea”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1939, nº 1, p. 45-74.

PIMENTEL FILHO, João. “Tratamento da Piodermite pelas injeções de Cianureto de Mercúrio”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1935, nº 2, p. 13-14.

REVISTA MEDICINA. “A festa de cordialidade da classe médica paraibana”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1933, nº 5, p. 24-27.

WANDERLEY, Lauro. “Adenofibroma gigante”. *Revista Medicina*, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1932, nº 2, p. 10-11.

### Bibliografia

AGRA, Giscard Farias. *Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Recife: Dissertação (Mestrado em História), UFPE/CFCH, 2008, 220 p.

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. *O “terrível flagelo da humanidade”: os discursos médico-higienistas no combate à sífilis na Paraíba (1921 - 1940)*. Campina Grande-PB: Dissertação (Mestrado em História), UFCG/CH, 2020, 250 p.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Tradução de Regina A. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984, 191 p.

BULCÃO, Lúcia Grando; EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. “Ciência e ensino médico no Brasil (1930 – 1950)”. In: *História, Ciências, Saúde – Magalhães*, Rio de Janeiro, 2007, Vol. 14, nº 2, p. 469-487. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

scielo.php?pid=S0104-59702007000200005&script=sci\_abstract&tling=pt. Acesso em: 18/08/2021.

CALLON, Michel. “Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la Bahía de Saint Brieuç”. In: IRANZO, Juan Manuel. *et al. (org.). Sociologia de la ciencia y la tecnologia*. Madrid, CSIC, 1995, p. 259-282.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantés da sua evolução*. João Pessoa, A União, 1945, 443 p.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores no Brasil: o imaginário popular (1930 - 1945)*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, 132 p.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade - Curso no Collège de France (1975 - 1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005, 382 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017, 432 p.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, 300 p.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002, 83 p.

GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: D. PANDOLFI (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53-72.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 461 p.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das Oligarquias. Paraíba (1889 - 1945)*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994, 222 p.

KNORR-CETINA, Karin. “A comunicação na ciência”. In: GIL, Fernando (org.). *A ciência tal qual se faz*. Tradução Paulo Tunhas. Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1999, p. 375-393.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Tradução Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1997, 310 p.

NÓBREGA, Humberto. *As raízes da ciência da saúde na Paraíba: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979, 372 p.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Admirável corpo novo: discursos médicos sobre as classes trabalhadoras (Paraíba, 1930-1945)*. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social), USP/FFLCH, 2020.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929)*. Campina Grande-PB: Dissertação (Mestrado em História), UFCG/CH, 2015, 254 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, 138 p.

SHAPIN, Steven. *Nunca pura. Estudos históricos de ciências como se fora produzida por pessoas com corpos, situados no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade*. Tradução Erick Ramalho. Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2013, 564p.

SILVA, Eliana Gesteira da; FONSECA, Alexandre Brasil. “Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no periódico O Brasil Médico, 1928 – 1945”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2013, Vol. 20 (supl.), p. 1287-1313. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702013000501287&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702013000501287&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18/08/2021.

SILVA, James Roberto. *Doença, fotografia e representação: revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869 – 1925*. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social), USP/FFLCH, 2003, 275 p.

SINGER, Paul. “A cidadania para todos”. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo, Contexto, 2012 p. 190-263.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. João Pessoa: Dissertação (Mestrado em História), UFPB/CCHLA, 2011, 193 p.

Artigo recebido para publicação em 19/08/2021

Artigo aprovado para publicação em 28/04/2022